

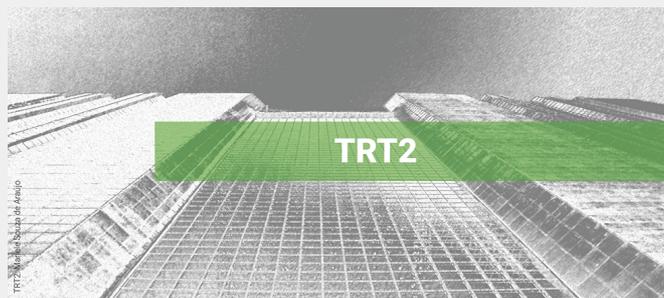
INFORMATIVO TRT2

Atos normativos da semana



N. 23

Período: 13 a 17 jun. 2022



Edital n. 1, de 5 de junho de 2022, do Centro de Apoio aos Leilões Judiciais Unificados

Convocação para sorteio de Leiloeiros Oficiais.

Portaria n. 19/DGA, de 13 de junho de 2022

Altera as Portarias n. 36/DGA, de 12 de julho de 2018, n. 47/DGA, de 24 de agosto de 2018, n. 52/DGA, de 5 de dezembro de 2018, n. 3/DGA, de 24 de fevereiro de 2021, n. 9/DGA, de 4 de junho de 2021 e n. 11/DGA, de 5 de julho de 2021.

Portaria de elogio n. 1/GP.VPA, de 10 de junho de 2022

Elogia os(as) magistradas e servidores(as), as Unidades e os(as) voluntários(as) do Centro de Valorização da Vida a seguir listados(as), à luz da competência, dedicação e empenho demonstrados na condução e conclusão do Projeto PDGP 01/2020 – Autoconhecimento e Vivências.

Portaria n. 11/CR, de 10 de junho de 2022

Altera a Portaria n. 21/CR, de 10 de dezembro de 2020 que determina a suspensão temporária, para fins de reunião no Juízo Auxiliar em Execução, das execuções em face da Fundação Instituto de Ensino para Osasco (UNIFIEO) e dá outras providências.

Órgãos de interesse

CSJT

Ato n. 76/CSJT.GP.SG.

Congresso Nacional

Ato do Presidente da

Portaria n. 196/CNJ, de 10 de junho de 2022

SEOFI, de 10 de junho de 2022

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da Primeira, Segunda, Terceira, Nona, Décima Primeira, Décima Sexta e Vigésima Segunda Regiões, crédito suplementar para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

Ato n. 84/CSJT.GP.SG, de 10 de junho de 2022

Aprova os Planos Intraorganizacionais da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus nas temáticas Comunicação Social, Orçamento e Finanças e Gestão de Pessoas.

Ato Conjunto n. 35/TST.CSJT.GP, de 10 de junho de 2022

Institui o Grupo Nacional de Negócio do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO-JT) e designa seus membros.

Poder Executivo

Medida Provisória n. 1.124, de 13 de junho de 2022

Mesa do Congresso Nacional n. 50, de 2022

Prorroga pelo período de 60 dias a vigência da Medida Provisória n. 1.113, de 20 de abril de 2002, que altera a Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Lei n. 13.846, de 18 de junho de 2019, para dispor sobre o fluxo de análise de benefícios previdenciários e assistenciais sob avaliação do Instituto Nacional do Seguro Social, da Perícia Médica Federal e do Conselho de Recursos da Previdência Social.

CNJ

Resolução n. 459/CNJ, de 27 de maio de 2022

Altera a Resolução n. 219/CNJ, de 26 de abril de 2016, que dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo grau e dá outras providências.

Portaria n. 198/CNJ, de 10 de junho de 2022

Institui regras de acesso das equipes técnicas ao Codex.

Institui regras de acesso das equipes técnicas ao DataJud.

Poder Legislativo

Lei n. 14.368, de 14 de junho de 2022

Altera as Leis ns. 6.009, de 26 de dezembro de 1973, 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), 13.448, de 5 de junho de 2017, 11.182, de 27 de setembro de 2005, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre o transporte aéreo; e revoga dispositivos das Leis ns. 5.862, de 12 de dezembro de 1972, e 8.666, de 21 de junho de 1993.

Ministério da Economia

Instrução Normativa n. 46/SGP-ENAP.SEDGG.ME, de 9 de junho de 2022

Altera a Instrução Normativa n. 21/SGP-ENAP.SEDGG.ME, de 1º de fevereiro de 2021, que estabelece orientações

Altera a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, transforma a Autoridade Nacional de Proteção de Dados em autarquia de natureza especial e transforma cargos em comissão.

[Portaria n. 201/CNJ, de 15 de junho de 2022](#)

Altera a Portaria n. 5/CNJ, de 15 de janeiro de 2016, que cria o Comitê Nacional Judicial de Enfrentamento à Exploração do Trabalho em Condição Análoga à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas.

aos órgãos do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto aos prazos, condições, critérios e procedimentos para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP de que trata o Decreto n. 9.991, de 28 de agosto de 2019.

Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Edifício Sede - Rua da Consolação n. 1272
CEP 01302-906 - São Paulo - SP
Tel: (11) 3150-2359

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental



Basis TRT2

Revista do Tribunal